

A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC’S

Adrielly Rodrigues

Universidade Estadual de Goiás – UEG/UnU Porangatu

Vanessa Aparecida Ribeiro de Souza

Universidade Estadual de Goiás – UEG/UnU Porangatu

Luis Rafael da Silva Valadão

Universidade Estadual de Goiás – UEG/UnU Porangatu

INTRODUÇÃO

Em virtude dos avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas, a sociedade brasileira tem vivenciado diversas mudanças em suas organizações produtivas, econômicas e sociais. Hoje, as informações que circulam pela internet são cada vez mais pertinentes à vida das pessoas, assim o planejamento e o conhecimento são hoje cruciais para a formulação de políticas públicas que promovam o avanço educacional (Santana, 2014).

É neste contexto que é importante considerar à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para promover a inclusão digital na comunidade escolar, porque, embora reconheça a responsabilidade das escolas em permitir que os alunos acessem o conhecimento, ainda é verdade que o paradigma educacional tradicional não é mais relevante para atender às necessidades educacionais de hoje, uma vez que essas mesmas informações também estão presentes em outras áreas com interação tecnológica e estas precisam ser utilizadas em prol do processo de ensino e aprendizagem (Santana, 2014).

A implementação de políticas públicas destinadas a introduzir tecnologias de informação e comunicação (TIC) na educação enfrenta desafios significativos. Apesar do progresso tecnológico, muitas escolas ainda carecem de infraestruturas adequadas e de formação de professores suficiente para integrar as TICs no processo pedagógico.

Há disparidades no acesso às ferramentas tecnológicas, especialmente em regiões mais remotas e vulneráveis, o que prejudica a eficácia destas políticas na promoção da educação inclusiva e equitativa. Diante disto, o objetivo do trabalho é descrever as políticas públicas

educacionais voltadas à incorporação das tecnologias de informação e comunicação, analisando seus principais pressupostos, linhas de ação e desafios de implementação.

A importância deste estudo decorre da crescente importância das tecnologias de informação e comunicação no cenário educacional contemporâneo e da necessidade de compreender como as políticas públicas lidam com a digitalização da educação. Ao descrever e analisar estas políticas, este artigo pretende fornecer uma imagem mais clara dos progressos e obstáculos à implementação das TICs nas escolas, contribuindo para o debate sobre a modernização do sistema educativo e a redução das desigualdades no acesso à tecnologia.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Políticas públicas são iniciativas governamentais que visam atender às preocupações da população. Possolli (2009) as descreve como um conjunto de regras que afetam todos os aspectos da sociedade, essas são implementadas com a intenção de atender às necessidades das classes sociais. Como resultado, elas visam auxiliar com saúde, moradia, educação, segurança, economia e outras preocupações. Por seu turno, Höfling (2001) descreve as políticas públicas como responsabilidade do estado em relação à implementação e manutenção, isso é realizado por meio de um processo de tomada de decisão que envolve várias organizações e indivíduos da sociedade, é evidente que a sociedade pode e deve participar diretamente do desenvolvimento de políticas, mas o estado deve criá-las.

Possolli (2009) observa que as políticas públicas são compostas de campos de ação que podem ser considerados áreas: econômica, social, militar e política. Nesse caso, a parte das políticas educacionais públicas que envolve questões sociais é chamada de política social, isso inclui saúde, moradia e previdência social também. No entanto, é crucial reconhecer que há uma relação simbiótica entre todas as áreas.

Diferentes organizações que participam da discussão de uma política pública são chamadas de agentes definidores, esses agentes podem ser: a dinâmica de poder entre grupos de interesse, movimentos sociais, trabalhadores organizados e organizações não governamentais. Os governos permitem que organizações internacionais que criam regras e documentos tenham um impacto significativo nas políticas públicas de educação. Eyng (2001) explica que isso ocorre porque o poder econômico é vital para a tomada de decisões sobre políticas. No entanto, a sociedade ainda tem o maior papel na criação de políticas públicas, eles

compartilham responsabilidades que antes eram reservadas exclusivamente ao estado (Possolli, 2009).

Isso implica que as políticas públicas educacionais são mecanismos necessários, que aliadas as condições sociais, políticas e econômicas, e são alteradas ao longo do tempo (Santos, 2012). Deste modo, é importante focar na década de 1990, pois as mudanças mais significativas na educação ocorreram lá, com a criação da LDB nº 9.394/96 (Brasil, 1996). A nova legislação abordou preocupações expressas na Constituição Federal de 1988, no geral, enfatizou que não se trata apenas de proporcionar acesso à escola, mas sim de todo o desenvolvimento de uma pessoa por meio da educação, o que indica a importância de uma educação de qualidade (Ferreira; Santos, 2014). Isso levou a educação a se tornar mais democrática, além de causar mudanças no método de ensino.

Em resposta ao novo contexto da LDB (1996), uma infinidade de discussões surgiu como: qual era a finalidade do Ensino Médio, sendo a etapa final da educação básica, a necessidade de promover uma educação continuada, o desenvolvimento da cidadania, o pensamento crítico e a preparação para o emprego. Nesse sentido, Moehlecke (2012) afirma que o objetivo principal do documento é promover uma associação entre o ensino médio e o ensino básico que permita eliminar a distinção entre os dois, a fim de promover um sistema educacional único e garantido a todos.

Essas intenções foram reestruturadas ao longo dos anos e alteradas para legislações específicas referentes à etapa final da educação básica. Com base no conhecimento das políticas públicas discutidas até aqui, o tópico a seguir discutirá os documentos das Diretrizes Educacionais Nacionais para o Ensino Médio de 2012 (Brasil, 2012).

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Um marco importante na implementação da tecnologia nas escolas foi a criação de políticas públicas focadas na formação de professores e na utilização de recursos tecnológicos no ambiente escolar. No final da década de 1980, a política brasileira começou a se desenvolver relacionada à regulamentação e adoção de novas tecnologias nas instituições de ensino (Vicente; Julião; Cyrne, 2021). No início da década de 1990, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), que visava ampliar o uso das TICs nas escolas do Brasil. O ProInfo foi responsável pela instalação de computadores e

outros dispositivos tecnológicos nas escolas públicas de todo o país e também promoveu a formação de professores no uso das TICs em sala de aula (Toschi, 2014). Em 2008, o MEC iniciou o Programa Educar para o Século XXI, que buscava aumentar a utilização das TICs na educação brasileira. O programa destinou recursos para a formação de professores, a criação de conteúdo educacional digital e a criação de parcerias entre escolas (Vicente; Julião; Cyrne, 2021).

Uma política pública significativa em relação à implementação de novas tecnologias nas escolas foi a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014 (2014-2024), as metas e estratégias deste plano incluíam a inclusão das tecnologias de informação e comunicação no setor educacional e no processo educacional. O PNE defende a necessidade de promover a formação de professores em relação à tecnologia educacional e à produção e distribuição de conteúdo educacional digital (Vicente; Julião; Cyrne, 2021).

A Constituição Federal de 1988 é de grande importância para incentivar a implementação de novas tecnologias no ambiente escolar e garantir o acesso à educação de qualidade a todos os cidadãos. Esses recursos tecnológicos contribuem para a inclusão digital e facilitam o uso de ferramentas tecnológicas no processo educacional. De acordo com o artigo 205, a educação é um direito universal e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família, alcançada por meio do acesso à escola, do reconhecimento dos profissionais da educação, da garantia de padrões de qualidade e da promoção do desenvolvimento humano e social (Brasil, 1988).

Neste contexto, a adoção de novas tecnologias na educação está em consonância com o art. 205 da Constituição Federal de 1988, que defende a acessibilidade e a inclusão no ensino. O uso de inovações tecnológicas possibilita um ensino mais interativo e dinâmico, melhorando a qualidade do processo. Além disso, as novas tecnologias permitem que os professores apreciem a importância da educação, fornecendo ferramentas para ajudar a planejar e personalizar as aulas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 também desempenha um papel importante como política pública quanto ao uso de novas tecnologias nas escolas, pois reconhece a necessidade de atualização dos métodos educacionais em conjunto com os avanços tecnológicos. Por meio dessa legislação, o uso educacional de novas tecnologias é reconhecido como um meio de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a

inovação e a criatividade entre os alunos. Além disso, a LDB determina que os profissionais da educação devem ser adequadamente capacitados para utilizar essas tecnologias, o que garantirá sua efetiva incorporação no ambiente educacional (Brasil, 1996). Esta é a LDB 9394/96 que promove a modernização da educação, promove uma educação mais inclusiva, dinâmica e alinhada às demandas da sociedade atual.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é uma importante iniciativa de política pública destinada a solidificar o uso de novas tecnologias nas escolas e promover um ensino mais eficaz aos alunos. A BNCC estabelece as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver/adquirir ao longo de sua trajetória escolar e, reconhece o papel das novas tecnologias como ferramentas para potencializar a aprendizagem. Metodologias ativas, como o ensino híbrido e a aprendizagem por projetos, preconizadas pela BNCC, visam promover o engajamento dos alunos no processo educacional e criar um ambiente mais colaborativo e participativo. Nesse cenário, as novas tecnologias desempenham um papel essencial, possibilitando a produção de materiais didáticos mais interativos e dinâmicos. Ferramentas tecnológicas podem apoiar os professores em suas práticas, oferecendo recursos que facilitam tanto o planejamento quanto a personalização das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas dedicadas à inclusão de TICs na educação têm como objetivo principal a atualização do sistema educacional, com o objetivo de fornecer maior acesso a recursos e ferramentas tecnológicas. Assim, essas iniciativas buscam aumentar a natureza interativa e conectada do ambiente de aprendizagem, permitindo que alunos e professores se ajustem às necessidades do século XXI. A descrição dessas estratégias indica uma tentativa do governo de incorporar computadores e outras TICs ao currículo e promover a aplicação prática de tecnologias na instrução diária.

No entanto, ao discutir essas estratégias, é evidente que há múltiplas abordagens e níveis de implementação, algumas se concentram na infraestrutura tecnológica, fornecendo computadores e internet nas escolas, enquanto outras se concentram na capacitação de professores, a fim de utilizar ferramentas digitais de forma eficaz. O sucesso dessas estratégias não depende apenas da disponibilidade de recursos, mas também da avaliação e monitoramento consistentes dos programas, que visam garantir que eles atinjam os objetivos educacionais

pretendidos.

Diante disto, os detalhes específicos dessas políticas demonstram a importância da colaboração entre governos e instituições educacionais para garantir que as TICs sejam utilizadas de forma acessível e inclusiva. Para isso, é crucial que essas iniciativas levem em conta a realidade local e as exigências específicas de cada escola, ou seja, a tecnologia deve ser utilizada para facilitar o processo de ensino e aprendizagem em todas as partes do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília: 1996.

BRASIL. **Parecer n. CEB/CNE 22/98, de 30 de janeiro de 2012.** Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

EYNG, Ana Maria. Políticas e práticas de gestão pública na educação municipal: as competências da escola. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 2, n.4, p.21-34, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3847/3760>. Acesso em: 02 out. 2024.

FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves dos. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 11, p. 143–155, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6627>. Acesso em: 02 out. 2024.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, [S. l.], ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/>. Acesso em: 02 out. 2024.

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 17, n. 49, 39-58, jan.-abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VcRMWBTsgWHCZczymnpgGMr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2024.

POSSOLLI, Gabriela Eyng. Políticas educacionais e seus agentes definidores: pressupostos para a definição de políticas para a educação profissional. **Educação Profissional: Ciência e Tecnologia**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 237-247, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/educacao-profissional-ciencia-e-tecnologia/articulo/politicas->

III CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

“O QUE NOS APROXIMA E O QUE NOS DISTANCIA?”

A(S) DIFERENÇA(S) NA EDUCAÇÃO FÍSICA”



[educacionais-e-seus-agentes-definidores-pessupostos-para-a-definicao-de-politicas-para-a-educacao-profissional](#). Acesso em: 02 out. 2024.

SANTANA, Rafael Littig. **A utilização das TICs como proposta de políticas públicas de inclusão digital na educação**. 2014. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ariquemes, 2014.

SANTOS, Magda. A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação estado e sociedade. In: **IX ANPED SUL – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

DA REGIÃO SUL, 2012, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/2046/147. Acessado em: 02 de outubro de 2024.

TOSCHI, Mirza Seabra. Inclusão digital e social: conhecimento e cidadania. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 23, n. 53, p. 573-594, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v23n53s02/v23n53s02a07.pdf>. Acessado em: 02 de outubro de 2024.

VICENTE, Débora da Silva; JULIÃO, Elionaldo Fernandes; CYRNE, Renata Vieira Carbonel. **Políticas públicas de educação no Brasil: Reflexões políticas e pedagógicas**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Rio de Janeiro - MPRJ/ Universidade Federal Fluminense - UFF, 2019.

